

# Chega do recessivo PLANO LEVY

## Mais de 16% dos jovens estão sem trabalho

Na faixa com maior escolaridade, incluindo curso superior, taxa chegou a 14,6%

Cleide Silva  
Amir Carolina Popp

O aumento do desemprego no País, que atinge todas as faixas, mas em especial os brasileiros com maior escolaridade, incluindo curso superior, taxa chegou a 14,6%. O número mínimo que a mãe recebe como cuidadora de uma idosa e a pensão que o pai paga, e se diz "desesperado" para conseguir um emprego. "Já estou aceitando que..."

### Aumento do desemprego torna distante a retomada



Com o índice de desemprego de 8% no trimestre fevereiro/abril, segundo o Instituto IBGE. Já o de pessoas desocupadas passou de 6,8 milhões, entre novembro de 2014 e janeiro deste ano, para 7,2 milhões.

### MEC concentra o maior volume de cortes no Orçamento

AGÊNCIA BRASIL

31 Maio 2015 | 10h 45

Pasta perde mais R\$ 1,278 bilhão em receitas e já soma R\$ 2,395 bilhões retidos

### Fábricas de pneus dão férias a 5 mil

Trabalhadores das fábricas da Bridgestone e da Michelin ficarão em casa por 20 dias; Volkswagen dispensa 8 mil na sexta-feira

João Galdino



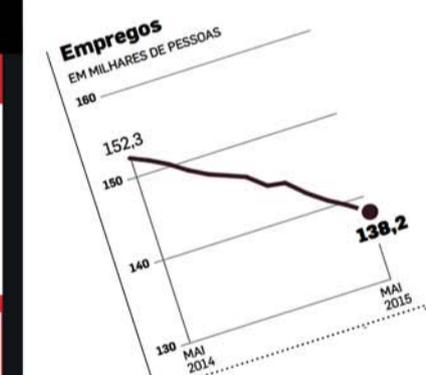
## PRECISA-SE: outra política

## Defender o emprego!

## Revogar os cortes do orçamento!

## Defender os direitos trabalhistas!

## Reforma Agrária!



Empregados da Mercedes acampam contra demissões

Corte no Orçamento atinge PAC e programa Minha Casa, Minha Vida

Programa Minha Casa Minha Vida tem corte de R\$ 5,6 bilhões no orçamento

educação  
Com corte em orçamento, MEC vai reduzir bolsas e repasse para obras

Acentua-se o recuo da produção industrial

O declínio da produção industrial, interrompido nos últimos 12 meses. Todas as categorias industriais registraram quedas entre os primeiros quatro meses de 2014 e de 2015, com destaque para bens de capital

### Governo federal corta mais de 50% dos recursos destinados ao Inbra vêm sofrendo um declínio sistemático nos últimos anos

'A recessão está apenas no começo'

### PARALISACÃO ESTALEIRA DE DEMISSÕES

14,1 mil foram demitidos

Nas montadoras de veículos, 6,3 mil trabalhadores foram demitidos neste ano, dos quais 1,4 mil no mês passado. Em relação a maio de 2014, o total de cortes sobe para 14,1 mil pessoas.

O setor emprega atualmente 138,2 mil funcionários, o menor contingente desde fevereiro de 2014.

### Aumento de tarifas, como água e luz, mantém em alta inflação de serviços

### CONUNE

Jornada de luta contra cortes na educação  
pág. 2

### Reforma política

Com esse Congresso não dá, Constituinte!  
pág. 8

### História

A Comuna de Paris  
pág. 10

### Espanha

Urnas mostram repúdio a Rajoy  
pág. 11

# Congresso da UNE aprova luta contra cortes na educação

Volta às universidades deve incluir mobilização para o calendário de junho a agosto

O 54º Congresso da União Nacional dos Estudantes reuniu cerca de 10 mil estudantes em Goiânia. A principal decisão foi a convocação de uma jornada de lutas contra os cortes na Educação, que começa já em junho com um acampamento no planalto central, o Ocupa Brasília, e inclui calouradas unificadas, paralisações nas universidades como parte da Jornada de Lutas de 11 de agosto, e uma grande caravana a Brasília.

A aprovação deste calendário se deveu a um verdadeiro combate dos estudantes agrupados na tese "UNE é pra lutar!", incluindo militantes da Juventude Revolução, que ao longo do segundo dia do Congresso dialogaram com quase mil jovens, recolhendo assinaturas em apoio à aprovação de uma jornada. O diálogo com todos os presentes no Congresso possibilitou que representantes da tese, junto com outros companheiros do Campo Popular que também apoiaram a proposta, conseguissem construir uma proposta de resolução em unidade com a UJS, organização que dirige a UNE. A resolução foi



Na plenária dos delegados do CONUNE é aberta a bandeira "redução é roubada"

aprovada pela maioria dos delegados e diz que os estudantes não aceitarão o corte. Ela também coloca a defesa da Petrobrás e de iniciativas como a Campanha da Constituinte do Sistema Político.

"É preciso unidade dos estudantes contra o ajuste fiscal, e o congresso da UNE mostrou que é possível essa unidade. Nós precisamos de ações concretas, precisamos sair desse congresso e ir para Brasília dizer não aos cortes!" Essa foi a fala de Sarah Lindalva, candidata eleita à direção da UNE pela tese UNE é pra lutar!, na defesa da chapa Campo Popular, que reunia outras cinco forças (Levante Popular, Articulação de Esquerda, Mudança, Esquerda Popular e Socialista e Militância Socialista), e foi a segunda chapa mais votada no Congresso.

Agora os estudantes, com suas entidades, precisam organizar atividades

e chamar a UNE a encaminhar o calendário. Um passo foi dado no congresso, mas é pela mobilização na base que se pode levar até o fim a mudança de postura da direção da entidade, marcada pelo imobilismo frente aos cortes impostos pelo ajuste, nesse início de ano.

No segundo dia do Congresso, a UNE promoveu um ato na cidade, contra os cortes da Educação. Do carro de som se ouvia vários gritos de "Fora Levy!". Entre os manifestantes, repercutiu o funk cantado pela Juventude Revolução que dizia "fora o ministro que cortou da educação, a luta do estudante vai botar o Levy no chão". Mas o pedido de demissão do ministro não foi submetido a voto dos delegados, por bloqueio da UJS.

## Guerra de torcida

Desde o início do Congresso, os delegados da UNE é pra lutar! se concentraram em debater e dialogar com todos os estudantes presentes, e decidiu não tomar parte da briga de torcidas que tomou conta dos Grupos de Discussão e, principalmente, da plenária final no ginásio do Serra Dourada.

Dayse Rodrigues de Jesus, estudante da UnB, conta que nunca participou da UNE porque não se reconhecia na entidade. "Chegando aqui pude comprovar toda a guerra de torcidas que tem, mas entendi na prática a importância de debater os rumos do Movimento Estudantil", ela afirma. Julia Godoi, da UNESP Araraquara, diz que esse foi um dos principais pontos positivos: "gostei da nossa posição de não fazer parte da guerra, isso atrapalha demais, e também da nossa participação nos grupos, ficamos focados. Volto para casa sabendo a importância de fazer chegar a discussão na base e de politizar o meu Centro Acadêmico".

Disposição ao diálogo não era a postura das organizações que compõem a UNE.. Entre UJS e Oposição de Esquerda, principalmente, imperaram as palavras de ordem de ofensas mútuas ao longo dos cinco dias de congresso. Equivocadamente, as organizações que compõem o Campo Popular, entraram nessa lógica. Como o Levante Popular da Juventude, que na plenária final tocava fortemente uma bateria, dentro do ginásio, para impedir que estudantes que falavam fossem ouvidos.

## Reivindicações adotadas

Propostas apresentadas pela "UNE é pra lutar!" entraram na pauta da entidade. Uma delas foi a ampliação da verba para assistência estudantil, para R\$ 2,5 bilhões. Paula Ferreira,

da UFSC, participou do grupo sobre o assunto. "A abordagem do tema das creches universitárias foi, a meu ver, uma das mais acertadas! Dentro da comissão de mulheres da JR, havíamos discutido a urgência de divulgar a existência do decreto 977/1993, que veta a criação de novas creches universitárias, indo completamente contra as necessidades das mães estudantes." Houve a distribuição de um fanzine sobre o assunto, e vários estudantes procuraram os representantes da tese para manifestar seu apoio.

Ana Carolina dos Santos, estudante de Biomedicina da Universidade Guarulhos, quer fazer pesquisa, mas não pôde participar de um edital do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica por ter vínculo empregatício. "O graduando recebe uma bolsa auxílio de R\$400,00, tendo que cumprir uma carga horária de 12 horas semanais dedicadas ao estudo da pesquisa que foi aprovada pela instituição. O valor do auxílio da bolsa teve o último reajuste em 2013! O graduando não poderá trabalhar, mas terá que pagar mensalidade (no caso das faculdades privadas)", ela explica. A UNE agora também defende a recomposição do orçamento do Ministério de Ciência e Tecnologia.

Priscilla Chandretti



Sarah Lindalva, estudante de Letras na UnB, militante da JR, eleita para a direção da UNE

## UNIDADE: NÃO À REDUÇÃO!

Durante a plenária final do Congresso houve um momento de emoção entre os estudantes. Um bandeirão contra a redução da maioria penal foi sacudido pelas bancadas de todas as teses. O ginásio gritava a plenos pulmões "Não! Não! Não à redução!" Houve grande vibração dos estudantes, empolgados por uma demonstração de unidade poucas vezes vista nos congressos da UNE, onde o comum é ver agressões verbais de uma organização à outra. A comoção mostrou que os estudantes querem se unir para defender a juventude.

## OPOSIÇÃO DE ESQUERDA, OU DE ESQUERDISTAS?

O PSOL, uma das principais forças da Oposição de Esquerda, deu um show de sectarismo. Não queria aceitar a proposta de defesa da Petrobrás como uma linha de consenso entre as forças, dizendo que seria o mesmo que defender o governo. Acabou recuando e a proposta foi aprovada. Depois, não aceitou a crítica ao aumento de juros, dizendo que é preciso ser contra a própria existência dos juros. Neste caso, eles não recuaram. Para completar, Luciana Genro, numa mesa sobre a luta dos professores da qual participou também a presidente da APEOESP-CUT, Maria Isabel (Bebel), sindicalto em greve há oitenta dias, e uma representante da APP-CUT sindicalto no PR, numa dura greve contra Beto Richa, não poupou arrogância: "Essa velha esquerda, o PT, a CUT, são todos pelegos".

# O melhor é o PT dizer NÃO ao plano Levy

No período que antecede o 5º Congresso do PT a grande imprensa, de maneira estridente, como se fosse participante, intervém na discussão. Prossegue a ofensiva das forças reacionárias contra o PT, sabendo bem que para facilitar tal operação, o melhor é apostar no caminho que afasta o partido de suas bases sociais, ao apoiar uma política que responde aos interesses dos mesmos que atacam o PT.

O plano Levy, elogiado pelo FMI, pois atende ao capital financeiro, atinge os trabalhadores com a recessão que já implicou em 500 mil demissões em 2015, e a restrição de direitos. Atinge as famílias, cujas rendas, comprimidas, diminuem o consumo, inclusive de alimentos. Atinge estudantes e professores, com os cortes na educação. Os docentes das Universidades Federais começam a entrar em greve diante ao caos instalado nessas instituições de ensino. Os cortes impostos pelo ajuste fiscal penalizam as famílias que precisam de casa para morar ou de terra para trabalhar.

Nesse cenário ocorre o congresso do PT.

Enquanto nos encontros estaduais predominou a rejeição da base ao ajuste, agora dirigentes aprofundam suas declarações destoantes e disseminam nas organizações sindicais e populares, um sentimento de que não há o que fazer, de passividade, como se simplesmente se fosse “virar a página” e passar para outro assunto.

O líder do governo na Câmara, José Guimarães, como quem sofre de uma repentina amnésia, afirma “Só há uma política econômica: não existe Levy sem Dilma e Dilma sem Levy”.

Há apenas oito meses, Dilma reeleita só existiu porque a maioria rejeitou a política anti-trabalhador e anti-nação do PSDB, a qual Levy comanda com desenvoltura.

É fato, Levy foi nomeado por Dilma que, reeleita, empenhou-se em outra direção. A presidente terá todo respaldo dos que a elegeram para livrar-se da política do ajuste e de seu condutor, adotando outra política econômica, sintonizada com os interesses dos trabalhadores e da nação.

## AJUSTE REGRESSIVO E RECESSIVO CONTRA A CLASSE TRABALHADORA

“Agora é tempo de parar de falar em ajuste e falar de investimento, emprego e distribuição de renda”, segundo o presidente do PT, Rui Falcão.

Parar de falar não, parar de fazer! As consequências do plano Levy – onde não cabe investimento, preservação e criação de emprego – estão aí e vão aprofundar, se o governo e o PT persistirem nesse caminho.

No primeiro semestre, a CUT liderou um ca-

lendário de mobilizações contra as medidas do ajuste – enfrentando a ofensiva da direita e o sectarismo da ultra-esquerda que muitas vezes denunciava as manifestações de “governistas”.

Agora vem a público um manifesto de dirigentes petistas da CUT, uma verdadeira ajuda ao congresso do PT: “consideramos que a política de ajuste fiscal regressivo e recessivo inaugurada com a nomeação de Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda, coloca o PT contra a classe trabalhadora.” O melhor não é que o PT escute esse alerta?

No 5º Congresso o PT tem a chance de resgatar seus compromissos com a maioria trabalhadora do país. Passado o Congresso, que ninguém duvide, os trabalhadores seguirão buscando suas organizações para prosseguir a luta em defesa de seus interesses. Não aceitarão “goela abaixo”, como vêm demonstrando, os sacrifícios que querem lhes impor os que criaram a crise do atual sistema.

O melhor é que o Congresso do PT diga não ao Plano Levy e some-se à luta que vai continuar, em defesa dos interesses dos trabalhadores e da nação.

Esse combate que desenvolvemos no partido e nas lutas concretas, levaremos ao Congresso do PT com os delegados e delegadas identificados com o Diálogo e Ação Petista. Um combate que vai prosseguir, ao lado dos trabalhadores.

### DESEMPREGO SOBE

A taxa de desemprego segundo a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (Pnad) Contínua do IBGE chegou a 8%. Segundo o coordenador de Trabalho e Renda do IBGE “isso é reflexo do que aconteceu lá (no PIB). Se não gera trabalho, se a produção reduz, a consequência é essa”. Foram geradas no país 629 mil vagas no primeiro trimestre de 2015, mas ainda assim, segundo o IBGE, a fila de desempregados aumentou em 985 mil trabalhadores. Os cortes de trabalhadores na construção civil e na administração pública foi de 1,1 milhão de empregos.

### DEMISSÕES NAS FÁBRICAS

Desde janeiro de 2015 6,3 mil trabalhadores perderam seus empregos nas montadoras de veículos. Apenas em maio de 2015 foram 1,4 mil demissões. Em maio de 2014 eram 152,3 mil trabalhadores nas montadoras. Em maio de 2015 o número de trabalhadores caiu para 138,5 mil. No setor de revenda de veículos já ultrapassam 12 mil demissões.

### PARALISANDO A PRODUÇÃO

Segundo a associação patronal das montadoras (Anfavea) há atualmente apenas nas montadoras 25 mil trabalhadores em férias coletivas ou suspensão de contrato de trabalho

(lay-off). Na General Motors de São José dos Campos (SP), Gravataí (RS), Joinville (SC), Mogi das Cruzes (SP) vão ser 5 mil trabalhadores em férias por duas semanas. Em São Caetano do Sul (SP) mais 5,5 mil trabalhadores ficaram em casa por um mês. A Scania, no ABC paulista, suspenderá o trabalho de 3,4 mil trabalhadores por 10 dias. Também em Betim (MG) a Fiat colocou 16 mil funcionários de férias, a Mercedes-Benz de São Bernardo do Campo (SP) colocou 7 mil e a Hyundai/Caoa em Anápolis (GO) outros 1,65 mil. Nas fábricas de pneus Bridgestone e Michelin 5 mil operários são colocados em férias.

### JUVENTUDE E DESEMPREGO

De 2002 até 2014 a taxa de desemprego entre jovens com até 24 anos caiu de 23,2% para 12%, uma redução de 11,2 pontos percentuais. Nesse ano, de janeiro até abril, em quatro meses de “Plano Levy”, a taxa de desemprego entre os jovens saltou para 16%. Em quatro meses, 4% a mais de jovens sem trabalho. Um especialista explica no Estadão (7/6): “Em geral, o jovem é menos experiente, está em processo de escolarização e é menos produtivo. Numa recessão, a tendência é justamente cortar os trabalhadores menos produtivos”.

## Memória

### PT SE CONSTRÓI EM ENCONTROS DE BASE

Os trabalhadores brasileiros, no último final de semana, alcançaram mais uma importante vitória com a realização de dezenas de pré-convenções distritais e municipais do PT em vários estados do país. Estas pré-convenções permitem a discussão democrática no interior do partido, uma forma de passar por cima da legislação partidária castrativa do regime militar (...).

São reuniões onde (...) milhares de jovens e trabalhadores podem expressar o anseio de organizar um partido seu, independente da burguesia. E mais do que expressar este anseio, podem, efetivamente, contribuir, na prática, para a construção desse instrumento de combate que é o PT.

O Trabalho nº 109 – 10/6/1981



### Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel deste então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: “um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo”. É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: [www.otrabalho.org.br](http://www.otrabalho.org.br)

Facebook: [www.facebook.com/jornalotrabalho](http://www.facebook.com/jornalotrabalho)

Arte: Antônio do Amaral Rocha

# 70 bilhões cortados do orçamento

## Contingência de verbas dos Ministérios para garantir superávit fiscal primário

O governo federal anunciou, no dia 22 de maio, o corte de 70 bilhões de reais do Orçamento Geral da União como parte do ajuste para “fazer superávit fiscal de 1,2% do PIB neste ano”, ou seja, para pagar parte dos juros da dívida.

O governo determinou, via decreto, limites de despesas para cada ministério que, além disso, também têm verbas contingenciadas (ou seja, cortadas até segunda ordem).

### Cidades, Saúde e Educação

Os ministérios das Cidades, da Saúde e da Educação lideraram os cortes no Orçamento Geral da União de 2015. Juntas, as três pastas concentraram 54,9% do contingenciamento de R\$ 70 bilhões de verbas da União.

No Ministério das Cidades, o corte ultrapassa os R\$17 bilhões. Na Saúde, o bloqueio aproxima-se dos R\$12 bilhões. Na Educação, são outros R\$ 9,5 bilhões. E o ministério dos Transportes perde R\$6 bilhões.

Ademais, a cada dois meses, o tamanho do corte para cada ministério poderá ser reavaliado.

### Retração do PIB

A própria equipe econômica já vem admitindo que o PIB deve cair 1,2% em 2015, mais do que o previsto até então. A receita com impostos registrou o menor resultado para o mês de abril em cinco anos, com queda real de quase 5% em relação a abril de 2014.

E isso ocorre mesmo com os aumentos de impostos de Levy (PIS, Cofins sobre combustíveis etc).

Essa contradição resulta do próprio ajuste. Por um lado, os cortes de gastos do governo reduzem enormemente as vendas de seus fornecedores –



Ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, no anúncio do corte orçamentário

empresas privadas –, que demitem e reduzem a produção. Num efeito dominó, toda a economia acaba reduzindo a geração de renda e, portanto pagando menos impostos.

Por outro lado, o Banco Central – que atua coordenado com Levy – quase dobrou a taxa de juros (a Selic) nos últimos dois anos. Só nos primeiros cinco meses deste ano, a Selic já saltou de 11,75% para 13,75%. Com isso, a indústria e empresas em

geral suspendem investimentos, tanto porque fica mais caro tomar dinheiro emprestado (terão de pagar mais juros) para adiantar os investimentos, quanto porque preferem investir seu lucro na especulação financeira (receberão mais juros). Assim empregos, produção e renda deixam de ser gerados e, com isso, mais impostos deixam de ser arrecadados.

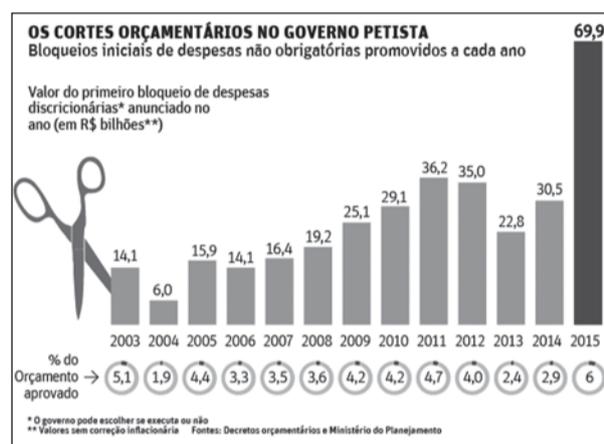
Para piorar a absurda contradição, esse aumento da Selic eleva os gas-

tos com os juros da dívida pública. Ou seja, o pretexto do ajuste seria reduzir o endividamento. Mas de fato ele acaba por aumentá-lo. O país todo enfraquece, exceto os banqueiros, que lucram com os juros pagos pelo Tesouro.

### CUT REPUDIA ELEVAÇÃO DA TAXA DE JUROS

Em nota a CUT afirma ser “contrária a mais esse aumento da taxa Selic, para 13,75%, maior patamar desde dezembro de 2008. Para a CUT, a medida é ineficaz no combate a inflação, encarece o crédito para consumo e para investimentos, causa mais desemprego, queda de renda, piora o cenário de recessão da economia e ainda contribui para diminuir a arrecadação do governo. E mais: concentra cada vez mais renda nas mãos de banqueiros e especuladores financeiros.

Se o governo precisa cortar gastos, que o faça onde ele gasta mais que é justamente com juros e financiamento da dívida pública e não tirando recursos das políticas sociais e dos mais pobres! A CUT defende a imediata redução da taxa de juros, para que se possa investir mais em infraestrutura, políticas sociais como saúde, educação e habitação, assim como melhorar as condições de financiamento para o setor produtivo e para o consumo e, principalmente, uma política econômica que priorize de fato o crescimento da economia, a geração de emprego e renda, a redução da desigualdade social, o combate à pobreza e a distribuição de renda”.



### ESTAGNAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA

O corte anunciado no dia 22 de maio reduziu em 49,4% as dotações do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para este ano. Alexandre Conceição, da direção nacional do MST, afirma: “A presidenta Dilma já entrou pra história do Brasil como a pior presidenta do período recente para os trabalhadores rurais Sem Terra. O seu governo foi responsável por paralisar a Reforma Agrária, retomar as teses do Banco Mundial, que nos últimos quatro anos burocratizou os processos de desapropriações, fazendo com que menos de 15 mil famílias fossem assentadas em todo Brasil em 2014. Com essa paralisia e agora com a tesoura do Ministério da Fazenda, não temos expectativas de melhora na disposição de terras para a Reforma Agrária. Com o corte é economicamente inviável que o ministro Patrus Ananias cumpra com a promessa de assentar todas as famílias acampadas no Brasil, que hoje já são mais de 120 mil” (site do MST).

## Petroleiros rejeitam proposta de Bendine

### Presidente da Petrobras fala em abrir o Pré-Sal para investidores

Embora a presidente Dilma tenha afirmado recentemente que não haverá mudanças no regime de partilha, o presidente da Petrobras, Ademir Bendine, voltou a defender as mudanças, dessa vez na primeira reunião com os dirigentes sindicais da Federação Única dos Petroleiros (FUP-CUT) realizada no último dia 28.

Na reunião, Bendine defendeu a abertura de participação de outros investidores. Segundo matéria do jornal Valor Econômico, uma das propostas do presidente da Petrobras seria transformar a BR Distribuidora

numa holding de empresas privadas.

Em resposta, os dirigentes sindicais se colocaram categoricamente contra a venda de ativos no Brasil. O Coordenador da FUP, José Maria Rangel, falou da luta de resistência da categoria contra a privatização da estatal e a luta atual para que a Petrobras continue sendo a indutora do desenvolvimento econômico e social do país.

Enquanto isso continua tramitando no Senado o projeto de lei de autoria do senador tucano José Serra (SP), o PL 131/2015, que altera a Lei nº 12.351, que estabelece a par-

ticipação mínima da Petrobras no consórcio de exploração do pré-sal e a obrigatoriedade de que ela seja responsável pela condução e execução, direta ou indireta, de todas as atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento, produção e desativação das instalações de exploração e produção.

O projeto desobriga a Petrobras de integrar consórcios de exploração do pré-sal e exclui a cláusula estabelecida na lei de partilha que condiciona a participação da estatal em, no mínimo, 30% em cada licitação.

O projeto entrou na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em 20 de maio, com o voto favorável do relator, Senador Ricardo Ferraço (PMDB), que o recebeu de volta para reexame do Relatório.

De 1 a 5 de julho a FUP realizará sua Plenária Nacional na qual, entre as teses que serão defendidas, está a defesa da Petrobras e do Pré-sal como garantia da democracia e conquistas sociais históricas dos trabalhadores.

Nilton de Martins

# AÇÃO PETISTA

“AGIR COMO O PT AGIA!”



## MANIFESTO ÀS DELEGADAS E DELEGADOS DO 5º CONGRESSO DO PT

“O PT nasce da decisão dos explorados de lutar contra um sistema econômico e político que não pode absorver os seus problemas, pois só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados.”

Manifesto de Fundação do PT (1980)

Diálogo e Ação Petista pela primeira vez se apresenta ao congresso do partido com a tese **“Resgatar o petismo no PT”**. Nós não cremos que o Manifesto de Fundação envelheceu ou não é adaptado à globalização.

A crise que hoje ameaça o PT, ao contrário, tem a ver com o abandono das bases da Fundação. Pois com tudo de novo no cenário, essencialmente continua a exploração e a opressão. A desigualdade no Brasil é enorme. E só pela luta de classe os trabalhadores se emanciparão. Para isso precisam de um partido.

Três questões, em nossa opinião, concentram os problemas atuais, que nenhuma covardia política permite adiar mais:

### 1. Luta pela Constituinte Soberana e Exclusiva da Reforma Política

É imprescindível para abrir caminho para as reformas populares. Com esse Congresso não dá!

Essa luta é parte também do combate ao carreirismo disseminado e contra o cretinismo parlamentar.

Ou mudamos esse sistema, ou o sistema terminará de mudar o PT fundado para defender os trabalhadores.

É graças ao regime de “presidencialismo de coalizão” que o golpismo, para além do PSDB-DEM e da cúpula do Judiciário, ataca inclusive dentro do ministério dominado pelo PMDB.

Criminalizam o próprio PT – aí está a absurda prisão de Vaccari, mais uma manipulação do Judiciário das elites. Avançam na contrarreforma política, anunciam a revisão do regime de partilha do pré-sal e tentam regredir os direitos sociais e democráticos.

### 2. Não ao plano de ajuste de Levy

É impossível conviver com o ajuste regressivo e recessivo que joga o partido contra a sua base. É inaceitável cortar R\$ 70 bilhões do Orçamento, mais R\$ 12 bilhões de direitos trabalhistas e previdenciários, depois de dar R\$ 100 bilhões de desonerações aos empresários!

A defesa do mandato da presidente Dilma não é a defesa suicida desta política do ministro do Bradesco.

Nós conclamamos o partido a rechaçar esta guinada, que nega e es-

vazia as conquistas sociais dos últimos anos.

Não queremos repetir a tragédia dos partidos socialistas que no governo traíram seu programa e foram varridos. Queremos:

- derrubada dos juros e centralização cambial
- fim do superávit primário, investimento público e reestatização
- reindustrialização e proteção comercial
- reforma agrária e reforma urbana
- reforma tributária com taxação das heranças e das grandes fortunas

### 3. Reconstrução do PT

Somos pelo fim do famigerado PED e pela volta aos encontros democráticos de base, onde os delegados discutem olho no olho, deliberam a orientação e elegem os seus dirigentes.

A reforma política começa no PT! Defendemos o fim do financiamento privado nas eleições, mas também dentro das eleições internas no PT.

Chega da manipulação e do carregamento de votos do PED. O poder econômico está igualando o PT aos demais partidos. Terá o “campo majoritário” coragem e desprendimento para ajudar a salvar o PT? Chega de currais eleitorais dentro do PT!

Companheiras e companheiros, A situação é muito grave.

Já nas últimas eleições, o PT, apesar de ter sido o partido mais votado e graças à militância ter reeleito a presidente, o PT perdeu em vários de seus principais redutos. Agora, uma sombra paira sobre nosso futuro.

Em abril cortou-se 100 mil empregos (50 mil na indústria), o pior resultado para o mês desde 1992. Ainda segundo o IBGE, no 1o. trimestre, caiu o consumo do povo brasileiro, pela primeira vez desde 2003. E a diretora do FMI, Lagarde, veio aqui dar mão forte a Levy e pedir mais. Conforme o seu último relatório, o FMI questiona agora até a “legislação trabalhista arcaica” e os reajustes reais do salário mínimo.

Os economistas e intelectuais amigos do PT condenam essa política de ajuste fiscal. Os dirigentes dos movimentos populares, como o MST, a CMP e o MTST, assim como a UNE e as organizações de juventude, criticam e

combatem os cortes orçamentários. E os dirigentes da CUT, de forma contundente, pedem a mudança da política econômica. Afinal, já são quase 500 mil demissões este ano. Chega de Plano Levy, nem mais um mês deste ajuste!

Companheiras e companheiros, Nós viemos ao Congresso dispostos a discutir com todos uma saída.

Não somos os donos da verdade. Também não reconhecemos uma direção infalível e nem lideranças geniais. A saída tem que ser construída coletivamente, no terreno do PT.

Sim, a construção de uma frente é necessária, para enfrentar a reação articulada com os centros imperialistas.

Mas ela não vai substituir o partido dos trabalhadores – mais do que nunca o PT é necessário! Ainda é tempo, as reservas políticas do PT,

reservas morais e organizativas, existem. São oportunistas os que hoje abandonam o nosso partido. A reação ataca, é verdade, até pela “extinção do PT”, mas as bases estão aí pedindo uma resposta.

Discutamos sem preconceitos. Apelamos à consciência dos petistas.

Ouçam as organizações sindicais e populares. Reflitam sobre os últimos meses de mobilização das bases petistas sob iniciativa da CUT e dos movimentos populares, apesar da passividade da cúpula partidária.

**Em defesa do PT!**

**Abaixo o Plano Levy!**

**Fim do PED e volta dos Encontros! Constituinte Soberana e Exclusiva do Sistema Político!**

10 de junho de 2015

Diálogo e Ação Petista

[www.petista.org.br](http://www.petista.org.br)

## CONGRESSO EM SANTA CATARINA

Reunião organiza intervenção do DAP



Plenária da etapa estadual do congresso do PT em Santa Catarina

Militantes do PT de Florianópolis, São José, Lages e Joinville reuniram-se no dia 30 de maio para avaliar os atos e a participação no dia 29 e também organizar a intervenção na defesa de tese, grupos de trabalho e plenária final no Congresso Estadual do PT SC que acontecia no mesmo dia.

Todas as delegações em especial de Lages e Joinville foram totalmente financiadas pelos trabalhadores, com destaque para a presença importante de setores fabris, metalúrgico e têxtil, na atividade.

O Plano Levy e a política de austeridade foram abordados por diferentes companheiros, desde os estudantes relatando os problemas com a diminuição de verbas para Assistência

Estudantil na UFSC, aos operários que relataram as demissões que começaram em Joinville

O vereador Lino Peres foi enfático ao dizer que neste congresso de crise precisamos acabar com o PED e retomar os congressos de base e a eleição da direção a partir dos debates de tese em congresso. Não podemos mais continuar com este sistema. Só nós distribuimos tese aqui. Onde estão as outras teses para os delegados avaliarem as posições?

Durante o congresso o trabalho com as emendas Fim do PED e Abaixo o Plano Levy obteve apoios importantes. O congresso adotou as duas emendas para a etapa nacional.

**Correspondente**

# Interrogações sobre um partido em crise

## Embalada pelo Cristo-Levy, a cúpula abraça o PED

O que se pode dizer à véspera da 2ª sessão do 5º Congresso do PT, na verdade, duas vezes adiado?

A preparação foi fraquíssima. As “etapas estaduais” preparatórias, depois de “municipais” irregulares, tiveram pouca presença.

Os delegados nacionais eleitos há quase dois anos, desembarcarão em Salvador sem muita discussão. E receberão um novo texto do “campo majoritário”, divulgado três dias antes, sem muita conexão com o texto inicial de março.

Por exemplo, o texto inicial era crítico ao ajuste fiscal, e o clima das “etapas estaduais”, na média, foi ainda mais pesado com as medidas do

ministro Levy. Mas o texto final, talvez influenciado pela presidente Dilma que disse que Levy não pode ser visto “como Judas”, ainda mais que o vice-presidente Temer garantiu que ele está “mais para Cristo”..., não fala nada das medidas do ajuste que desapareceu!

Teria ele subido ao céu, santificado, junto com o Cristo-Levy?

A segunda interrogação é sobre a situação do partido. Nos últimos meses, inclusive dirigentes da “maioria” questionaram a adaptação do PT às instituições corruptas, discutindo o fim do PED e a volta aos encontros.

Mas depois de um texto inicial omissivo, o texto final agora defende

“manter o PED” com a enésima tentativa de “aprimorá-lo desvinculando o voto da contribuição financeira do filiado que não exercer cargo”. Fica a dúvida: quem financiará o PT que não deve receber mais das empresas. Serão os dirigentes, parlamentares e membros de governo? Mas não ditarão ainda mais a política do partido segundo seu estreito interesse?

A desfaçatez da proposta remete a regulamentação a um Seminário em 90 dias e daí ao Diretório Nacional..., apesar do tema ser posto na pauta desta 2ª sessão pela sessão anterior do Congresso, há um ano!

O grupo dirigente, eleito pelo fa-

lido método do PED, acha mesmo que vai convencer alguém no país que está disposto à mudança, a “reconhecer os erros” e ajudar a salvar o partido?

Estas questões não tiram a seriedade do debate, inclusive em outros aspectos, até positivos, no novo texto da “maioria”.

Mas não é possível defender o PT do ataque da reação nem o mandato do 2º turno presidencial do golpismo, sem girar, sem abandonar o corrupto sistema do PED, e reatar um diálogo com os trabalhadores rechaçando o ajuste do plano Levy.

Markus Sokol

## Encontros Estaduais registram desconforto da base

### Limitados pelo esvaziamento e pouca discussão, mas marcados pela crítica à atual política

#### São Paulo

Na abertura, 22 de maio, com a presença anunciada de Lula, eram esperados 1000 petistas. Com cerca de 600, as cadeiras vazias era um sintoma da crise que atravessa o partido. Lula cancelou presença.

No dia seguinte, eram não mais que 400. Alexandre Pimentel, vereador do PT em Carapicuíba (grande São Paulo), apresentou a tese “Resgatar o Petismo no PT”, do Diálogo e Ação Petista (DAP). “Nossa tese se baseia em dois documentos históricos do PT, seu Manifesto de Fundação e seu programa”. Falou que além da ofensiva da direita, o PT hoje “sofre chantagem da base do governo. Temos que pôr fim a esse presidencialismo de coalizão”. E completou: “É lamentável a atual política econômica. Não podemos aceitar, nosso governo está tirando dinheiro da saúde e da educação. Não podemos aceitar que nosso governo, com esse plano Levy, já levou a cerca de 500 mil demissões esse ano.”

Na mesa de discussão sobre organização partidária, Misa Boito apresentou as propostas do DAP. “Para enfrentar a crise que atravessa o PT é necessária uma resposta política aos trabalhadores, mas também medidas organizativas. Nosso partido nasceu como um partido de massa, mas com uma base militante. O PED afastou os militantes da definição dos rumos do PT, chamados a votar, a cada quatro anos, como meros cidadãos”. Saudando o



companheiro Patrus “que teve a coragem de dizer que o PED virou um mecanismo de manipulação”, propôs o fim do PED e a volta dos encontros. A principal polêmica foi com Mônica Valente (CNB) que se perguntando sobre que crise é essa que tanto se fala, defendeu o PED para eleger a direção, relegando a discussão política a encontros que nada decidem, pois, afinal, a direção e a orientação seguiriam sendo decididas nas urnas do PED. As propostas contra o plano Levy e pelo fim do PED, subscritas por delegados de várias teses, foram remetidas ao 5º Congresso.

#### Bahia

No dia 30 de maio o PT BA realizou seu Encontro Estadual. A executiva do partido, cancelou a etapa livre, priorizando um ato com “aliados” como o senador Otto Alencar (PSD) defensor da redução da maioria penal, quando na verdade deveria prevalecer o debate político dos mais de 300 delegados sobre as teses ao 5º Congresso.

As falas, de deputados como o líder do PT Sibá Machado, do governador do PT Rui Costa e outros dirigentes e parlamentares, tentavam reanimar a militância com discursos inflamados, afirmando que o PT deveria retomar sua ligação com os movimentos e sindicatos. No entanto, “esqueceram” de citar que o dia 29 de maio havia ocorrido uma paralisação nacional chamada pela CUT contra o ajuste fiscal de Levy e que o PT deveria estar ao lado da CUT. O ministro Jaques Wagner até tentou defender o ajuste, mas foi interrompido pelos gritos “Ei Dilma demita o Levy” chamado por delegados do DAP em conjunto com outras teses que surpreendeu no plenário. Sem ter o que dizer Wagner assumiu o compromisso de dar o recado a Dilma que “na Bahia falaram contra Levy”. Foram ainda coletados adesões à emenda pelo fim do PED, remetida ao 5º Congresso.

#### Minas Gerais

Os 500 delegados definidos foram reduzidos a 300 pela Executiva Estadual. Credenciaram-se 211 e participaram dos debates ao redor de 160 delegados.

Na mesa sobre conjuntura nacional o ajuste fiscal foi o tema central onde ficou evidente a insatisfação de grande parte dos delegados com a política do governo Dilma.

Outra discussão que marcou os de-

bates foi sobre o PED.. O ministro Patrus Ananias, que participou da mesa de encerramento, foi enfático em sua defesa pelo fim do PED, dizendo ser preciso “acabar com o financiamento privado no partido, assim como dos candidatos a postos executivos e parlamentares”, e que o PED estabeleceu no partido “o coronelismo e o voto de cabresto”. Defendeu a volta dos encontros de base onde “a discussão era feita olho no olho”.

#### Ceará

“Petistas do Ceará, diante de Rui Falcão e de líder do Governo, pedem saída de Levy”. Foi assim que o Jornal Diário do Nordeste registrou a etapa cearense do 5º Congresso do PT (foto).

Num simulacro para cumprir tabela, foi a intervenção do DAP no encontro, reduzido a uma manhã, que polarizou as atenções dos delegados. Dos mais de 400 delegados eleitos, se inscreveram apenas 213.

O encontro foi aberto por Rui Falcão que gastou a maior parte de seu tempo convocando o partido a apoiar o ajuste fiscal.

Os representantes do DAP se concentraram na explicação do Plano Levy e na necessidade de resgatar a militância petista por meio da retomada do encontros. A intervenção dos oradores da CNB teve de se concentrar na resposta às resoluções apresentadas pelo DAP, ensejando a interpretação do jornalista do Diário do Nordeste.

# “O PT de volta para a classe trabalhadora”

## Manifesto de sindicalistas ao congresso do PT

Em 11 de junho, com mais de 400 adesões, foi publicado o manifesto de sindicalistas cutistas e petistas dirigido ao 5º congresso do partido.

Encabeçado pelo presidente da CUT, Vagner Freitas, e por todos os membros da executiva nacional da central, o manifesto sintetiza posições que vem sendo defendidas publicamente desde o início deste ano. Abaixo trechos:

“Nós, sindicalistas CUTistas e PeTistas, estamos nos dirigindo aos delegados e delegadas do 5º Congresso Nacional do PT (Salvador, 11 a 13 de junho de 2015) por considerarmos muito grave a situação de nosso partido neste momento.

O PT, que completou 35 anos, hoje está imerso numa profunda crise. Aquele partido de militância, que organizava núcleos de base nos locais de moradia e trabalho, que nasceu ‘da decisão dos explorados de lutar contra um sistema econômico e político que não pode absorver os seus problemas, pois só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados’ (Manifesto de fundação), foi pouco a pouco transformando-se numa espécie de ‘federação de mandatos parlamentares’, onde, cada um deles, com raras e honrosas exceções, passou a agir como um ‘micropartido’. O PT aco-

modou-se a um sistema eleitoral que privilegia o financiamento de empresas para suas campanhas, em detrimento de suas características originais que privilegiavam a sua militância. (...)

Vieram as eleições de outubro de 2014, onde a CUT e os movimentos sociais foram imprescindíveis para a reeleição de Dilma em defesa dos direitos e contra o retrocesso. Mas o governo, em vez de dar continuidade a essa relação positiva que garantiu a vitória no 2º turno, optou por uma guinada na política econômica, com medidas de ataques a direitos dos trabalhadores, sem sequer dialogar com as centrais sindicais. Aproveitando-se dessa situação, a oposição e a direita cresceram nas ruas e nas instituições, com o apoio da grande imprensa.

Nessa situação, o PT ficou no meio do fogo, ora dando sustentação às medidas de ajuste fiscal do governo, ora defendendo corretamente as nossas bandeiras, como na luta contra o PL 4330 da Terceirização. Causou profunda decepção na militância sindical petista a aprovação das MPs 664 e 665, que restringem o acesso das camadas mais vulneráveis de nossa classe a direitos trabalhistas e previdenciários. (...)

Consideramos que a política de ajuste fiscal regressivo e recessivo inaugurada com a nomeação de Jo-



13 de março: no dia nacional de luta em defesa dos direitos, em São Paulo a avenida Paulista foi tomada por manifestantes, chamados pela CUT. Momento importante de uma jornada que começou em janeiro, contra as medidas do ajuste fiscal

aquim Levy para o Ministério da Fazenda coloca o PT contra a classe trabalhadora e as camadas populares que sempre foram sua principal base de apoio. Trata-se de uma política econômica que diminui o papel do Estado, corta investimentos e eleva juros, acabando por restringir direitos sociais, rebaixar salários e aumentar o desemprego, com impactos negativos no PIB.

Sabemos o que ocorreu na história recente com partidos de esquerda que aplicaram políticas de ajuste fiscal inspiradas pelo FMI, como se viu em alguns países da Europa: entraram em crise, foram derrotados

em eleições, perderam sua base social. Não queremos que o mesmo aconteça com o PT! (...)

É nosso dever, como dirigentes sindicais petistas, defender a classe trabalhadora. Jamais abdicaremos disso, inclusive quando houver conflito de posições entre nós, partido e governo. (...)

Ainda é tempo de mudar de política e de plano econômico, o que, na nossa opinião, é essencial para a sobrevivência do PT como partido dos trabalhadores. E é com esse espírito que queremos intervir neste 5º Congresso: queremos o PT de volta para a classe trabalhadora!”

## “Antes, o PT ajudava nas eleições, agora atrapalha”!?

### Declaração do secretário do prefeito Haddad, Jilmar Tatto, falando da disputa em 2016

A crise que o partido atravessa coloca a necessidade de defender o PT e preservar o maior patrimônio construído pela classe trabalhadora brasileira.

Mas, frente aos ataques contra o partido, muitos dos que entraram no PT apenas para galgar uma carreira, agora, de maneira oportunista, preocupados com as eleições municipais de 2016, buscam condições mais seguras de disputa em outras legendas.

Prefeitos e vereadores, sem qualquer relação com a trajetória e compromissos do PT junto à classe trabalhadora, abandonam o barco, pensando “salvar a pele”. Que se vão os oportunistas!

Mas, o problema não para aí.

No último dia 29, uma entrevista, publicada no jornal Valor Econômico, de Jilmar Tatto, secretário de transportes da prefeitura paulista, é um verdadeiro cavalo de troia dentro do PT.

“O PT ficou velho e perdeu o discurso inovador. Ajudava nas eleições, mas agora pode atrapalhar. O prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, no comando da principal capital petista, representa a modernidade que o partido não conseguiu e, para reeleger-se em 2016, deve se descolar da imagem da legenda. Essa é a análise de um dos principais aliados de Haddad, o secretário de Transportes, Jilmar Tatto, que, ao Valor, fala da estratégia para a próxima eleição”. Assim o jornal apresenta a entrevista. A

apresentação corresponde ao fato.

Depois de afirmar que gostaria que Marta Suplicy não saísse do PT, “mas respeito”, Jilmar avalia o PT “não é moderno”, e conclui: “o PT ficou velho, mas o Haddad não. Haddad representa essa coisa nova para a cidade, para a juventude. Na campanha eleitoral vai ter 50% do tempo [de TV]. Ele estará no segundo turno e os outros vão se matar para a disputa”. Perguntado se “o problema então é o PT”, responde: “o PT no passado mais ajudava do que atrapalhava. O PT tinha essa força na cidade de 20%, 25%, às vezes 30% [dos votos]. [Em 2012] o esforço foi fazer o eleitor do PT votar no Haddad. Agora é o contrário. Essa

eleição vai destacar mais a pessoa e menos o PT nessa turbulência. Dito isso, o PT ainda tem uma força lascada na periferia.” Declarações publicadas entre aspas e não desmentidas, elas revelam uma linha que só ajuda aos que querem acabar com o PT. Afinal, numa disputa “entre o moderno e o atraso” como Jilmar define as eleições de 2016, é preciso desvincular Haddad do PT! Que modernidade é essa? Para acabar também “com a força lascada” que o PT ainda tem “na periferia”, onde estão os trabalhadores que se identificam com o PT? Resta saber se tal “estratégia” eleitoral para 2016 de fingir que Haddad não é candidato do PT está só na cabeça de Jilmar Tatto.

# Contrarreforma política sob comando de Eduardo Cunha

Discussão e votação no Congresso passam longe dos interesses do povo

No dia 26 de maio a Câmara de deputados, sob direção de Eduardo Cunha (PMDB), começou a votação para preservar, ou piorar, o distorcido sistema político brasileiro.

Entre as medidas aprovadas, para regras eleitorais, destaca-se a introdução, na Constituição, do financiamento de empresas para partidos políticos, reforçando o papel do poder econômico na definição dos resultados eleitorais.

No dia 26, essa medida havia sido

derrotada. Mal deu tempo dos deputados do PT, que defende financiamento público de campanha, comemorarem.

Menos de 24 horas depois, com um golpe numa regra Constitucional (uma emenda prejudicada em uma votação não poder ser votada na mesma legislatura), e algumas pressões, Eduardo Cunha recolocou o financiamento empresarial em votação. Os votos saltaram dos 264 no dia anterior para 330.

Nenhuma das decisões aprovadas pelo Congresso corresponde à necessária reforma política para superar um sistema que trava as mudanças em benefício da maioria do povo e da nação. Muito pelo contrário, representam uma deformação ainda maior para preservar os interesses dos que se beneficiam do atual sistema.

Bem dizendo, não foi surpresa para ninguém. Do congresso, o mais reacionário desde 1964, não se poderia esperar outra coisa.

O PT havia adotado uma linha de "redução de danos" e chegou a fazer acordo, com o PSDB (!) em apoio ao voto distrital misto (o PT defende o voto em lista), contra o distritão de Cunha, considerando que a principal questão era barrar o financiamento privado (que o PSDB apoia).

Com o resultado, o partido deveria concluir que a verdadeira "redução de danos" passa por retirar das mãos desse Congresso a tarefa que só poderá ser realizada dando a palavra ao povo.

Em junho de 2013 as mobilizações colocaram na ordem do dia a questão da Constituinte. Em setembro de 2014, quase oito milhões de brasileiros disseram Sim à Constituinte.

A contrarreforma vai seguir em votação no Congresso. Passa por um segundo turno na Câmara e depois vai para o Senado.

Já estando mais que comprovado que com esse Congresso não dá, é hora de recolocar com força a luta pela Constituinte. A Secretaria Operativa da campanha, por decisão da última plenária nacional, começa a organizar o Encontro Nacional Popular pela Constituinte Soberana e Exclusiva do Sistema Político, para setembro de 2015.

Misa Boito

## PCdoB VOTA NO DISTRITÃO DE CUNHA

O PCdoB, que votou a favor do "distritão". Proposta do presidente da Câmara Eduardo Cunha, esse modelo distorceria ainda mais a representação, onde as candidaturas prevaleceriam sobre os partidos. Em nota, assinada pela bancada na Câmara dos deputados o PCdoB explica:

"(...) optamos pelo acordo de voto a favor do Distritão para, em contrapartida, defender a sobrevivência no Parlamento não apenas do PCdoB, mas de todos os partidos de matizes ideológicas e que possuem profunda relação com a representação popular e com histórico de luta democrática e que não se configuram legenda de aluguel. Estes partidos têm história e identidade e não podem se transformar em sublegenda de partidos grandes".

A cláusula de barreira é um retrocesso, sem dúvida. Combatê-la é preciso. Mas a esse preço? Acordos feitos, a cláusula de barreira foi aprovada, garantindo a sobrevivência dos 28 partidos que já têm representação parlamentar. Ficam de fora PCB, PSTU, PCO e PPL.

**O que já foi aprovado:** fim da reeleição para cargos executivos (prefeitos, governadores e presidente); financiamento de empresas a partidos políticos; cláusula de barreira: terão acesso a tempo de TV e fundo partidário os partidos que tenham pelo menos um deputado ou senador (hoje todos têm direito).

**O que está em discussão e votação:** voto facultativo, duração dos mandatos, eleições municipais e gerais no mesmo dia, data da posse presidencial, entre outros assuntos, bem alheios aos interesses do povo.

## Dilma anuncia pacote de concessões para o capital privado

Rodovias, ferrovias, portos e aeroportos entregues a grandes empresas

Em 9 de junho, dois antes da abertura do 5º Congresso do PT, a presidente Dilma, ao lado do ministro Levy, anunciou um plano de concessões de serviços públicos para o capital privado diante de uma plateia de grandes empresários em Brasília.

O plano pretende atrair um investimento privado de R\$ 198,4 bilhões, sendo 86,4 bi para ferrovias, 66,1 bi para rodovias, 37,4 bi para portos e 8,5 bi para aeroportos. Dada a ausência das grandes empreiteiras atingidas pela Lava Jato na cerimônia de anúncio do plano, é possível imaginar que as mesmas terão dificuldades de disputar os leilões de concessão, o que abre ainda mais a porta para as multinacionais, incluindo as chinesas, abocanharem as principais concessões, desnacionalizando ainda mais o setor de infraestrutura em nosso país.

Depois de ter defendido o minist



tro Levy de críticas, dizendo que ele "não é Judas", Dilma insiste em ficar bem com o "mercado", oferecendo o que deveria ser serviço público para a exploração de grandes grupos capitalistas. A guinada na política econômica com a nomeação de Levy, portanto, continua: depois de restringir direitos trabalhistas e previdenciários, vem um plano de concessões/privatizações de 15 rodovias, 5 ferrovias, 12 portos e 10 aeroportos. O próximo passo pode ser um

acordo de livre comércio entre Mercosul e União Europeia, que Dilma disse apoiar em sua visita a Bruxelas (sede da UE) em 10 de junho.

### Diminuição do papel do Estado

Como diz o Manifesto de sindicalistas dirigido ao congresso do PT (ver página 7), ao tratar do ajuste fiscal de Levy: "Trata-se de uma política econômica que diminui o papel do Estado, corta investimento e eleva juros, acabando por restringir direitos sociais, rebaixar salários e aumentar o desemprego, com impactos negativos no PIB".

O empresariado e a mídia a seu serviço "pagam para ver" se o plano vai dar certo. Apesar do governo reduzir exigências, abandonar o modelo de menor tarifa e retomar

o sistema tucano de concessões que antes criticava, os porta vozes do capital ainda vêem "entraves", dizem que está "aquém das necessidades" e que os efeitos só serão sentidos em 2018, ou seja no fim do mandato de Dilma!

A reação dos trabalhadores virá nos próximos dias. Ainda antes do anúncio do Plano de concessões, tanto o Sindicato nacional dos aeroportuários (Sina-CUT), quanto a Federação nacional dos portuários (FNP-CUT) já alertavam suas categorias e criticavam as concessões/privatizações.

Mais do que nunca, tratando-se de um governo encabeçado pelo PT, é preciso mudar de política econômica, sob pena, como disse o economista e petista histórico Paul Singer em entrevista na Folha de São Paulo em 10 de junho, "do PT perder sua base social".

Julio Turra

# Depois do 29 de maio, não baixar a guarda!

## Paralisações e manifestações em todo o país em defesa dos direitos

O 29 de maio, dia nacional de paralisação e mobilização convocado pela CUT e outras centrais, realizou-se em todo o país.

Em Porto Alegre, Recife e Belo Horizonte, com a paralisação dos transportes, o clima era de greve geral. Em São Paulo, onde o metrô não parou na capital, mais de 50 mil trabalhadores desfilaram pelas ruas de São Bernardo depois de paralisação nas montadoras. Nas faixas que encabeçavam manifestações em todos os estados o protesto contra as MPs 664 e 665 e a exigência de derrubada do PL 4330 da terceirização, agora no Senado como PLC 30.

Assim, se o 29 de maio não foi igual, foi um pouco maior em termos de paralisação que o 15 de abril. O que não deixa de ser positivo, pois os trabalhadores sofriam o impacto



Dia Nacional de Paralisação em frente a Volkswagen em SB Campo

negativo da aprovação das MPs do ajuste fiscal de Levy no Senado.

A resolução da Executiva da CUT de 2 de junho chama a continuidade da luta, agora pela derrubada do PLC 30 que está no Senado, apontando para a greve geral caso a terceirização ilimitada seja aprovada, exigindo o veto de Dilma. Aponta também para uma manifestação em julho, diante do Ministério da Fa-

zenda, contra o plano Levy de ajuste fiscal: "nossa luta tem como centro o combate à política de ajuste fiscal promovida pelo Ministro Joaquim Levy, que penaliza os trabalhadores com a retirada de direitos, o aumento do desemprego, a redução e piora das políticas sociais."

### Começam os CECUTs

Em Alagoas e Brasília os congressos estaduais da CUT (CECUTs) ocorreram entre 28 e 30 de maio, sendo interrompidos para manifestações no dia 29. Em ambos foram eleitas novas direções com base em chapas únicas, expressando o balan-

ço positivo da ação da CUT desde o início deste ano.

As propostas da "CUT independente e de luta" (sindicalistas ligados à O Trabalho e independentes) foram apresentadas e aprovadas nos dois congressos já realizados. Os próximos CECUTs serão o de Pernambuco (10 a 13/6) e Ceará (18 a 20/6).

Os desafios são enormes, mas, como disse Julio Turra na abertura do congresso da CUT Brasília: "A CUT pôde ocupar o lugar de ponto de apoio para a resistência em defesa dos direitos e contra a ofensiva da direita, numa situação de paralisação do PT e de medidas equivocadas do governo, porque soube ser independente de governos e autônoma diante de partidos políticos".

Lauro Fagundes

## "Negocia Dilma!"

### Direção do Andes dificulta ampliação da greve nas universidades federais

Diante do corte de R\$ 70 bilhões no orçamento, do plano de ajuste de Levy, com graves prejuízos para a educação, os docentes das universidades federais iniciaram uma greve nacional. O governo Dilma se recusa a negociar a pauta específica do Andes (sindicato nacional), que prevê piso salarial igual ao mínimo do DIEESE, além de pontos da pau-

ta unificada dos servidores federais, como o reajuste de 27,3% e a paridade entre ativos e aposentados.

Mas a greve encontra dificuldades. Das 63 universidades federais, apenas 24 aderiram. O Andes-SN, cuja direção é ligada à CSP-Conlutas, não se apoiou no dia nacional de paralisação de 29 de maio, chamado pela CUT e outras centrais. Assim, no

Conselho de ADs (CONAD) de 2 e 3 de maio sequer foi discutido o dia 29, o que só veio a ocorrer após o "sinal verde" dado pela Conlutas.

Em 4 de junho, um comunicado do Comando Nacional de Greve sequer menciona a pauta do movimento, nem a exigência central de que o governo federal negocie, apresentando a greve como uma ação de oposi-

ção e denúncia. Os docentes buscam apoiar-se agora no 12 de junho, um dia nacional em defesa da Educação Pública, para estender a greve ao conjunto das universidades federais. Para isso é preciso colocar no centro das mobilizações a exigência de "negocia, Dilma" e reavivar a pauta concreta do movimento.

Fernando Cunha

## Barrar a terceirização no Serviço Funerário

### O prefeito Haddad (PT) de São Paulo dá péssimo exemplo

Em plena luta contra o PL 4330, hoje PLC 30 no Senado, liderada pela CUT, a prefeitura de São Paulo quer terceirizar o quadro de motoristas do Serviço Funerário. O pregão está marcado para 17 de junho. Para o Sindsep (filiação à CUT), sindicato dos servidores municipais, isso é inaceitável. Após o anúncio do prefeito, os trabalhadores já pararam, por duas horas, nos dias 20 e 29 de maio.

A luta contra a terceirização não é de hoje. Em 2003, o Sindsep impôs um recuo à prefeita Marta Suplicy e não permitiu a terceirização de motoristas. Numa greve em 2011, o prefeito Gilberto Kassab foi à justiça, multou o sindicato e abriu processos para punir trabalhadores. Mas a greve foi vitoriosa, conquistando a contratação de motoristas e sepultadores através de concurso público.

Com a eleição de Haddad, os trabalhadores esperavam o fim do sucateamento do Serviço Funerário e das ameaças de terceirização. Mas ocorreu o inverso.

O pregão prevê contratar 30 carros com motoristas terceirizados (sendo três de luxo, com ajudante). Seriam cerca de 130 motoristas terceirizados, número similar ao de motoristas concursados que existem hoje. A superintendência argumenta que a atividade de motorista não é "serviço fim", por isso poderia ser terceirizada. Ora, isso atropela a lei que instituiu o Serviço Funerário, que diz que é de sua exclusividade o traslado de corpos.

O Sindsep defende que nenhum serviço deva ser terceirizado e exige do prefeito Haddad que cancele o pregão de terceirização.

João B.Gomes

## Vitória dos servidores em Florianópolis

### Assembleia rejeitou o acordo rebaixado feito pela direção sindical

Em maio, os servidores municipais de Florianópolis (SC) fizeram uma das maiores greves da categoria, paralisando 100% das unidades escolares, 80% das unidades de saúde e assistência social e 60% dos serviços de obras.

Diante da negativa do prefeito em responder à pauta da categoria, a greve foi deflagrada em 13 de maio, contra a posição da direção do Sintrasm, ligada à corrente Esquerda Marxista, que queria jogá-la para o dia 19. A reposição de perdas salariais era a principal reivindicação.

O prefeito apresentou uma contraproposta que atendia parcialmente as reivindicações, com uma reposição salarial de 7% parcelada em quatro vezes (até janeiro de 2016). A direção do sindicato acordou essa proposta com a prefeitura e na assem-

bleia defendeu o fim da greve. Mas, os mais de 6 mil trabalhadores presentes, por ampla maioria, votaram na continuidade da greve defendida por companheiros de "O Trabalho" e outros setores, rejeitando o acordo feito pela direção sindical.

Foram 19 dias de greve, apesar da decretação de sua ilegalidade e de descontos de salário, ao final dos quais a categoria arrancou a reposição salarial integral das perdas, 11% no vale-alimentação, aplicação do novo Plano de Carreira, concurso público, um grupo de trabalho para garantir a aplicação do estatuto do magistério na hora-atividade, a retirada da ação contra a greve e a devolução do desconto de 30% feito nos salários, impondo assim uma derrota ao prefeito Cesar Junior (PSD).

Renê Munaro

# A Comuna de Paris e a 1ª Internacional: ensinamentos de grande atualidade

Durante 71 dias Paris viveu o primeiro governo operário da história

A insurreição começou em 18 de março de 1871, quando operários e operárias parisienses, esfomeados por meses de cerco prussiano à cidade, se confraternizam com os soldados enviados para lhes tomar os canhões que eles tiveram que pagar do próprio bolso em razão da incúria do governo provisório burguês (1).

Nem a população e nem os soldados sabiam que estavam em vias de constituir o primeiro governo operário da história. Um governo que iria durar pouco mais de dois meses até ser esmagado em sangue em condições tais que, até hoje, cento e quarenta anos depois, é impossível ler sem emoção e raiva a descrição das execuções, linchamentos, fuzilamentos em massa – que atingiram o paroxismo criminoso na chamada Semana Sangrenta, de 21 a 28 de maio.

Desde o início, da eleição e da regra de revogabilidade dos mandatos para o Conselho da Comuna, desde a instituição dos delegados operários pelos próprios operários, todos se davam conta de que era uma revolução de um novo tipo. E que, pela primeira vez, os operários não iriam combater para depois a burguesia tirar proveito, como aconteceu em 1830, ou em fevereiro de 1848 ou ainda setembro de 1870. Tratava-se da instauração de uma nova ordem, pelo proletariado, para o proletariado.

Mesmo se é justo dizer que a Comuna foi filha da Primeira Internacional, é preciso esclarecer que os membros da Internacional não passavam de uma pequena minoria e que seu programa era muito pouco conhecido. A Comuna não foi nem o produto de um complô saído da imaginação dos revolucionários – como cacarejam todos os jornalistas servis desde 1789 – nem de um plano pré-estabelecido que os revolucionários teriam ditado à classe operária. Muito ao contrário.

Mesmo Marx e Engels não hesitaram em rever posições porque a história em geral e a da Communa de



Barricada Voltaire Lenoir, Comuna de Paris, 1871

Paris, em particular, nuançou e até mesmo corrigiu seus pontos de vista iniciais.

Foi assim que, em 1872, numa reedição do Manifesto do Partido Comunista, referindo-se ao capítulo II eles afirmavam: “Em mais de um aspecto, esse trecho seria, hoje, redigido de outro modo. Tendo em vista o progresso colossal da grande indústria nos últimos vinte e cinco anos e o correspondente progresso alcançado pela organização da classe operária em partido; tendo em vista as experiências, primeiro, da Revolução de fevereiro [de 1848] e, sobretudo da Comuna de Paris que, durante dois meses, colocou pela primeira vez o poder político nas mãos do proletariado, certos pontos desse programa tornaram-se ultrapassados. A Comuna, principalmente, demonstrou que ‘para alcançar seus objetivos próprios, a classe operária não pode se limitar a tomar posse da máquina do Estado que já se encontra montada e colocá-la em funcionamento’”.

Estas últimas palavras são da Mensagem da Primeira Internacional sobre a Guerra Civil na França: era preciso quebrar o aparelho de Estado e a Comuna de Paris, foi, por sua ação, por seus métodos, “a forma enfim

encontrada” daquilo que chamamos a ditadura do proletariado. Não foi o cérebro genial de Marx que inventou essa “forma enfim encontrada”, mas a vida real do movimento operário com suas contradições, suas insuficiências e suas organizações.

Essa recusa permanente de dar ordens ou lições à classe operária é uma das características mais marcantes da política de Marx e dos que dele se reivindicam.

Assim, em 1881, Marx escreve numa de suas cartas: “A questão que vocês levantam (sobre as medidas

legislativas que devem ser adotadas caso os socialistas cheguem ao poder) me parece mal colocada. O que se deve fazer num determinado momento do futuro depende naturalmente das circunstâncias históricas nas quais será preciso agir. Vossa questão pertence ao país das nuvens e, portanto, representa um problema fantasmagórico, ao qual só se pode responder criticando a própria questão. Nós só podemos resolver uma equação se, em seu enunciado, ela já inclui os elementos da solução”. E ele retoma o exemplo da Comuna de Paris para acrescentar: “A antecipação doutrinária e necessariamente fantasmagórica do programa de ação de uma revolução futura serve apenas para nos desviar da luta do presente”.

A Comuna de Paris foi uma grande lição em particular para os marxistas e, em geral, para todos os revolucionários. Nesse sentido, continuar a evocá-la, hoje, não é uma homenagem formal, pois ela é de uma viva atualidade.

Jean-Marc Schiappa

(trechos do texto publicado no jornal “Informations Ouvrières”, do Partido Operário Independente da França, edição nº 354)

## “UM CORPO OPERANTE, EXECUTIVO E LEGISLATIVO AO MESMO TEMPO”

da Mensagem da Primeira Internacional

A Comuna foi formada por conselheiros municipais, eleitos por sufrágio universal nos vários bairros da cidade, com mandato revogável a qualquer momento. A maioria dos seus membros eram naturalmente operários ou representantes reconhecidos da classe operária. A Comuna havia de ser não um organismo parlamentar, mas um corpo operante, executivo e legislativo ao mesmo tempo. Em vez de continuar a ser o instrumento do governo central, a polícia foi logo despojada dos seus atributos políticos e transformada em instrumento da Comuna, responsável e revogável a qualquer momento. O mesmo aconteceu com os funcionários de todos os outros ramos da administração. Desde os membros da Comuna até o mais baixo escalão, os funcionários públicos eram remunerados por um salário de operário. Os direitos adquiridos e os subsídios de representação dos altos dignitários do Estado desapareceram com os próprios dignitários do Estado. As funções públicas deixaram de ser a propriedade privada dos testas-de-ferro do governo central. Não só a administração municipal, mas toda a iniciativa até então exercida pelo Estado foram entregues nas mãos da Comuna.

Uma vez abolido o exército permanente e a polícia, instrumentos do poder material do antigo governo, a Comuna assumiu a tarefa de quebrar a ferramenta espiritual de opressão, o “poder dos padres”. Ela decretou a dissolução e a expropriação de todas as igrejas que detivessem posses. Os padres foram devolvidos ao calmo retiro da vida privada, para aí viverem das esmolas dos fiéis, da mesma forma que seus predecessores, os apóstolos. Todos os estabelecimentos de ensino foram abertos ao povo gratuitamente e ao mesmo tempo desembaraçados de toda a interferência de Igreja e do Estado.”

### (1) Contexto histórico

Desde setembro de 1870 Paris foi sitiada por tropas da Prússia e outros estados alemães que ocuparam o norte da França após derrotar exército de Napoleão III, provocando sua queda. Em janeiro de 1871, um armistício foi negociado com o chanceler prussiano Bismarck pelo governo republicano burguês que sucedeu Napoleão III. Mais hostil aos “revolucionários parisienses” do que às tropas de ocupação, esse governo, dirigido por Adolphe Thiers, tenta desarmar a cidade, enviando um destacamento do exército para tomar da Guarda Nacional de Paris 227 canhões que a própria população havia pago para se defender do cerco prussiano. A recusa de entregar os canhões dá início à insurreição. (Nota da redação de OT)

# Na Espanha, urnas mostram repúdio a Rajoy

Falta uma força política que transforme a rejeição em campanha imediata pelo fim do governo

As eleições municipais realizadas no Estado espanhol, em 24 de maio, representaram uma grande derrota para o Partido Popular (PP, direita neofranquista) e para seu governo, conduzido pelo primeiro-ministro Mariano Rajoy. Em primeiro lugar, não houve a "grande mobilização eleitoral" anunciada. Abstenção, votos brancos e nulos, somaram 38% do eleitorado, resultado semelhante ao do pleito municipal de 2011.

Em comparação com essas eleições anteriores, o PP baixou de 8,5 milhões de votos para 6 milhões. O PSOE (Partido Socialista), que em 2011 obtivera seu pior resultado desde 1979, como efeito da política de cortes orçamentários do antigo governo "socialista" de Zapatero, recuou mais, caiu de 6,2 milhões para 5,6.

A coalizão Esquerda Unida (IU, sigla em espanhol), dirigida pelo Partido Comunista, caiu de 1,4 milhão para 1 milhão, mas a comparação com o resultado anterior é mais difícil, porque agora se apresentou integrada a outras diferentes coalizões em 40% das municipalidades.

Finalmente, entre as candidaturas apoiadas pelo Podemos, as que defenderam a luta contra os cortes orçamentários obtiveram bons resultados. É o caso de Ada Colau, em Barcelona, e de Manuela Carmena, em Madri.

## Vontade de mudança

As urnas exprimiram a imensa rejeição dos trabalhadores e da juven-



Mariano Rajoy, durante a campanha eleitoral: "trabajar, fazer, crescer"

tude à política de cortes e de privatização dos serviços públicos aplicada nas municipalidades pelo PP e, em nível de toda a Espanha, pelo governo Rajoy. Nenhum de seus oponentes, porém, fez uma campanha claramente decidida a acabar com o governo do PP.

A política de Pedro Sanchez, do PSOE, não é vista como uma verdadeira mudança, principalmente por causa de suas referências à herança podre do governo Zapatero. Como é possível anunciar uma pretensa "prioridade aos serviços sociais" e ao mesmo tempo posicionar-se pela manutenção do artigo 135 da Constituição, que dá prioridade ao pagamento da dívida? Como se pode falar em revogar a reforma trabalhista de Rajoy mas não a de Zapatero?

IU se encontra à margem. A coalizão governou a Andaluzia e ali apli-

cou os cortes orçamentários aprovados por Rajoy e pela União Europeia (UE).

No que se refere ao Podemos, apresentado como a grande novidade e possível alternativa aos partidos tradicionais da classe operária, sua marcha acelerada a uma "moderação" conduziu a resultados mais fracos do que se esperava. Dias antes das eleições, Pablo Iglesias, secretário-geral do Podemos, em uma carta propunha "utilizar as instituições para melhorar a vida de cada pessoa, pensando apenas no bem comum e não no benefício de alguns", ou seja, renunciando a qualquer proposta de terminar com o regime monárquico apodrecido, para se dispor a trabalhar no quadro dessas instituições.

A central sindical UGT acaba de anunciar a posição de exigir eleições antecipadas. Cabe às demais forças

sociais e políticas que representam a vontade de mudança se associarem a essa exigência e transformá-la em uma campanha política imediata. Para os trabalhadores, o central é saber quem irá defender suas reivindicações e suas conquistas. Essas questões estarão no centro da conferência operária nacional do Comitê pela Aliança dos Trabalhadores e dos Povos, marcada para 27 de junho, em Madri.

Correspondente

## PODEMOS: RESPEITO AO CALENDÁRIO ELEITORAL

Podemos alcança certa audiência por ser uma força política não identificada com a corrupção ou com a política de cortes orçamentários. Mas seu documento intitulado "Princípios políticos" afirma que "as batalhas eleitorais ocupam hoje o centro do confronto político", o que tem uma consequência prática: o partido não se posiciona pelo fim imediato do governo Rajoy, dispendo-se a respeitar o calendário eleitoral do regime, que garante mais seis meses ao atual primeiro-ministro. Sobre essa política, leia na revista "A Verdade" nº 84, à venda com os militantes de O Trabalho, o artigo "Dos Indignados ao Podemos".

# Escancarada a corrupção na Fifa

Prisão de dirigentes, ponta do iceberg do "grande negócio" que é a Copa do Mundo

No último dia 27, oito dirigentes da Fifa, entidade privada que organiza o futebol profissional no mundo, foram presos na Suíça após investigação do (Polícia Federal estadunidense) que aponta para a ocorrência de corrupção, fraude e lavagem de dinheiro na entidade. As prisões, acompanhadas do indiciamento de outros seis dirigentes, repercutiram em todo o mundo e levaram à renúncia do presidente da Fifa recém-reeleito, Joseph Blatter.

Entre os presos está o cartola brasileiro José Maria Marín, ex-presidente da CBF e ex-governador biônico de São Paulo, que, em sua colaboração com o regime militar brasileiro, é implicado como um dos responsáveis pela perseguição política ao jornalista Vladimir Herzog, morto sob tortura nos porões da di-

tadura em 1975. Após as prisões, o atual presidente da CBF, Marco Polo del Nero, deixou a Suíça às pressas antes mesmo de poder representar o Brasil no Congresso da entidade.

O envolvimento da Fifa e da CBF escancara o "modus operandi" das entidades de futebol ao redor do mundo, com diversas acusações de contratos corruptos e fraudulentos com empresas esportivas e pagamento de propinas milionárias que envolvem desde erros de arbitragem até a escolha dos países-sede das copas do mundo desde 1998, na França, até 2022, a ser realizada no Catar. Nenhuma novidade para quem tem presenciado o futebol profissional se tornar um grande negócio, com enriquecimento de cartolas e empresários, sem prestação de contas às autoridades ou à população. Também

evidencia quão sistemática é a corrupção entre empresas privadas, que não é "privilegio" do setor público, diferente do que faz parecer a grande mídia em seus ataques à gestão e aos serviços públicos.

## O papel dos EUA

O fato de as investigações terem sido lideradas pelos Estados Unidos indica que pode haver outros interesses envolvidos. O presidente russo Vladimir Putin fala em pressões políticas na eleição da presidência da Fifa. Alguns analistas denunciam que o ocorrido faz parte de uma briga em torno de fatias do mercado futebolístico visado por empresas americanas, o que envolveria a candidatura dos EUA como sede para a Copa do Mundo de 2022. O mercado do futebol, crescente nos EUA, já conta com mais

de 70 milhões de torcedores e algumas das principais empresas patrocinadoras do esporte são deste país.

Dessa forma, não surpreende que a declaração da procuradora-geral dos Estados Unidos de que "o Departamento de Justiça do país está determinado a acabar com a corrupção no mundo do futebol" não tenha levado à investigação e punição igualmente rigorosas às empresas estadunidenses implicadas nos escândalos. Sem nenhuma ilusão nas boas intenções do FBI e do Departamento de Justiça estadunidense, esse episódio, que reforça a ideia dos EUA como 'xerifes do mundo', deve levantar todas as suspeitas para os interesses financeiros deste país em um dos principais mercados esportivos no mundo.

Pablo Valente

# “Não é possível haver eleições livres em um país ocupado”

O que se prepara no Haiti é mais “uma manobra das forças de ocupação da ONU”

**E**stão marcadas para os meses de agosto e outubro, respectivamente, as eleições legislativas e presidenciais no Haiti. David Oxygène, dirigente do partido Coordenação Dessalines (KOD) e do movimento de liberdade e igualdade dos haitianos pela fraternidade (Moleghaf) fala da situação.



David Oxygène

**Ouve-se muito falar sobre a organização as eleições no Haiti, o que diz sobre isso?**

**Oxygène:** De fato, o que está na crista da onda na mídia é a questão das eleições com a presença das forças de ocupação em território haitiano.

O Conselho Eleitoral Provisório (CEP) já publicou a lista definitiva dos candidatos que poderão disputar as eleições legislativas. O CEP passou por várias etapas, mas sem que um orçamento tenha sido validado. Fala-se de 64 milhões de dólares, o que ultrapassa largamente os orçamentos dos ministérios do Comércio, do Turismo e do Desenvolvimento reunidos. Com efeito, fala-se muito de eleições no Haiti, mas o primeiro-ministro de fato, o sinistro oportunista Evans Paul, após um encontro com os proprietários de Fundos em 23 de abril, revelou que 50% dos recursos financeiros necessários para a organização das eleições municipais, legislativas e presidencial não foram ainda levantados. Fala-se de eleições, mas sem fundos para as eleições.

Até hoje, apenas 38 milhões de dólares, geridos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), estão disponíveis para a organização dos escrutínios.

E preciso entender que o dinheiro disponível para as eleições não é controlado pelo governo haitiano, mas pelo PNUD, que é pura e simplesmente a ocupação do país pelas grandes potências imperialistas por meio de suas instituições financeiras. Fala-se muito em eleições, fala-se muito nesses últimos dias da impossibilidade de eleições em 2015. Prevemos tormentas no horizonte.

**Eleições livres e democráticas com a ocupação das tropas da Minustah?**

**Oxygène:** Primeiro, é preciso dizer que, quando um país está ocupado, não é possível falar em eleições livres e democráticas, não é possível falar sequer de eleição soberana. Se forem organizadas eleições em um país como o Haiti, estas acontecerão sob o controle de grandes potências imperialistas. Um país ocupado quer dizer que o voto está ocupado também.

A ideia essencial das eleições que o presidente Martelly lançou depois de alguns meses é precisamente a de substituir alguns quadros por novos, com o objetivo de permitir que as classes dominantes haitianas e as forças imperialistas possam se sustentar melhor, assegurando, assim, sua dominação sem choques com um novo governo por trás de suas exigências e que não resolverá nada. Diante da ocupação do país, apenas os ingênuos e os minoritários da classe dominante podem acreditar

## 11 ANOS BASTAM!

**E**m 1º de junho, respondendo ao chamado feito pela Coordenação Haitiana pela retirada das tropas, em alguns países do continente, como nos EUA e México, além do próprio Haiti, foram realizadas atividades com essa exigência.

No Brasil, em 22 e 23 de maio, um seminário organizado por diversas entidades levantou a exigência da retirada imediata das tropas, sob o comando brasileiro. O Comitê “Defender o Haiti é Defender a nós mesmos” participou da atividade, na linha da mais ampla frente única na luta pela retirada das tropas.

Bárbara Corrales que representou o Comitê, explica que o que o compromisso se concentra na exigência, assim expressa no seminário: “Ao mesmo tempo registramos a declaração do ministro da Defesa Jaques Wagner, na Comissão de Relações Exteriores do Senado, ‘a missão no Haiti acaba o ano que vem, não por decisão nossa, porque, na medida em que nos incorporamos a um programa desse, ficamos um pouco submetidos à decisão das Nações Unidas’. Declaração essa que enseja uma questão: por que esperar até lá? Nossa exigência inequívoca é a retirada incondicional das tropas brasileiras do Haiti!. Onze anos bastam”.

Propostas sobre outras questões apresentadas no seminário são de responsabilidade das entidades que as apresentaram.

De fato, passou da hora do Brasil retirar as tropas, como, aliás, já fizeram Argentina e Equador.

que esse poder reacionário, antipopular, anti-classe operária poderia organizar eleições livres e democráticas. As eleições anunciadas no país não serão outra coisa que não uma enésima manobra feita pelas forças de ocupação das Nações. E preciso, por fim, dizer uma vez mais que a organização das eleições em obediência às forças de ocupação da ONU terminará em uma outra catástrofe, como ocorreu em 2010, quando Michel Martelly, sem nenhuma relação com a vida política, foi imposto presidente.



Soldados das tropas brasileiras assegurando a farsa eleitoral de 2010

**Sobre a recente visita do presidente francês, François Hollande ao Haiti.**

**Oxygène:** O presidente francês, François Hollande, ministros de seu governo e homens de negócio franceses estiveram no dia 12 de maio de 2015 no Haiti para uma visita de 24 horas. O presidente Martelly e os chefes de Estado e de governo da região e da África participaram, em 10 de maio, em Pointe-a-Pitre (Guadalupa), da inauguração do “Memorial Acte”, centro caribenho de expressão e memória da escravidão. O momento foi forte e altamente simbólico nessa data de comemoração da abolição da escravidão. Sobretudo quando o presidente Hollande anunciou: “Quando chegar ao Haiti, quitarei a dívida que temos”.

Depois dessa declaração, algumas horas mais tarde, uma mensagem da assessoria do presidente francês explicou à imprensa nacional e internacional que houve um mal-enten-

dido, que as intenções do presidente Hollande referem-se unicamente à uma dívida moral e não financeira, como alguns acreditaram ter compreendido. Pode-se dizer que a diplomacia francesa e o presidente Hollande se riem de nós.

A visita de Hollande foi uma jornada provocadora e humilhante para os filhos e filhas de Dessalines [líder da revolução haitiana que derrotou o exército francês, em 1803, NdT]. Na verdade, estamos diante de um verdadeiro complô para destruir o povo haitiano e esse complô visa desintegrar os fundamentos da revolução antiescravista e anticolonial de 1804. Durante sua turnê caribenha em Porto Príncipe, Hollande não respeitou sua declaração feita em Guadalupa, relativa à dívida de 17 bilhões de euros extorquidos da nação haitiana no momento da independência.

Milhares de pessoas estavam no Campo de Marte. MOLEGHAF estava presente também para exigir a restituição e reparação da dívida da independência. Em diversos cartazes podia-se ler “Viva a restituição, viva a reparação, abaixo a ocupação, fora François Hollande”. A luta pela restituição e reparação deve prosseguir até o final, até a vitória.

## Assine **O TRABALHO** ☆

Receba *O Trabalho* em sua casa, a cada quinzena

12 edições: R\$45,00  24 edições: R\$90,00  24 edições Solidário: R\$150,00

A partir do nº \_\_\_\_\_ Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ Tel.: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Peça sua assinatura por e-mail ou carta

Deposite na conta Banco do Brasil – Agência: 4055-X, C/C: 8894-3

Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 – CEP 03041-000 – São Paulo

Fone/fax: (11) 2613-2232